

**Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público (Cepesp – FGV)
Laboratório de Urbanismo da Metrópole (Lume – FAUUSP)**

Obras e votação municipal de candidatos a deputado federal no Estado de São Paulo: uma resenha da literatura e alguns resultados preliminares.

Relatório de Pesquisa

São Paulo
Novembro
2006

Coordenadores: Ciro Biderman
 George Avelino Filho

Pesquisador: Glauco Peres da Silva

Resumo

Este relatório contribui para a discussão dos determinantes da votação dos deputados federais no Brasil. Trata-se do primeiro trabalho a avaliar o impacto da atividade parlamentar de trazer benefícios (através de emendas ou as obras realizadas pela DERSA) sobre a votação dos candidatos em cada município. Nesta primeira parte do trabalho, procedeu-se a uma revisão detalhada da literatura sobre o tema focalizando em dois aspectos. O primeiro aspecto foram as eventuais vantagens dos candidatos à reeleição sobre seus desafiantes e a importância do “voto pessoal” - originado da troca de benefícios públicos por votos - neste processo. A análise concentrou-se no estado de São Paulo, cujo interesse teórico é determinado pelo fato de ser o maior distrito eleitoral do país, o que tornariam mais favoráveis as condições para existência do “voto pessoal”. A análise por município além de ser a única maneira efetiva de se testar o efeito deste tipo de trabalho parlamentar sobre o número de votos permite que se estabeleçam relações entre o perfil dos votos e as características dos candidatos. A especificação das obras realizadas, o total de votos e as características dos candidatos permitem que se compreenda a relação entre o legislativo, o executivo e os eleitores.

Introdução

Porque os parlamentares brasileiros valorizam a aprovação e execução de emendas ao orçamento, e outros tipos de atividade similares, como estratégia eleitoral a despeito das baixas taxas de reeleição? Se os deputados brasileiros não sofrem de miopia coletiva, porque investiriam tanto tempo em energia na busca de realizações para seus eleitores através de emendas e obras? A importância política dessas atividades é atestada frequentemente nos jornais diários, onde a liberação de emendas parlamentares tornou-se moeda de troca comum para o Executivo federal assegurar fidelidade em votações no Legislativo. Entretanto, a despeito da importância do tema, a literatura ainda é pouco específica sobre relação causal entre este tipo de atividade e votos. Entender os caminhos pelos quais os deputados buscam sua reeleição pode ajudar a entender seu comportamento processo legislativo. Este trabalho pretende esclarecer pelo menos uma parte desse quebra-cabeças ao voltar-se para um desses possíveis caminhos, ou estratégias eleitorais, a saber: a utilização de emendas e obras na área de transporte como mecanismo para construir e consolidar grupos fiéis de eleitores.

Pretende-se contribuir para a discussão dos determinantes da eleição de deputados federais no Brasil a partir de uma nova metodologia e base de dados em relação ao usualmente utilizado neste tipo de análise. Trabalha-se com os votos dos candidatos, a identificação das emendas e obras realizadas pelo deputado por município. Uma outra novidade que da análise é a decomposição do efeito direto de um aumento no gasto sobre os votos e o efeito indireto via distanciamento dos demais candidatos. A relação entre o volume de emendas, o total de votos

e as características do município permite que se compreenda melhor a relação entre os poderes Legislativo e Executivo e os eleitores.

O trabalho está organizado da seguinte forma. A primeira seção discute a literatura sobre as características do sistema eleitoral brasileiro, principalmente a presença de incentivos para busca do voto pessoal nas campanhas eleitorais. A segunda seção é dedicada à discussão sobre os trabalhos empíricos que se preocuparam com os efeitos eleitorais das emendas orçamentárias, atividade nas quais se incluem a realização de qualquer tipo de obra. A terceira seção resume as contribuições esperadas desse trabalho para a literatura discutida nas duas seções anteriores. A quarta seção define o modelo empírico e as variáveis utilizadas. A quinta seção apresenta e discute os resultados preliminares. Finalmente, a sexta seção resume e conclui.

I. O sistema eleitoral brasileiro: incentivos para o voto pessoal?

A discussão sobre a influência do sistema eleitoral sobre o comportamento dos políticos no Brasil ganhou uma dimensão distinta com a publicação do trabalho pioneiro de Scott Mainwaring (1991). Neste trabalho, publicado quase que simultaneamente nos EUA e no Brasil, o autor enfatiza a fraqueza dos partidos políticos brasileiros, enquanto organização, e a acentuada autonomia individual usufruída pelos políticos.

Segundo o mesmo autor, o individualismo dos políticos frente a seus partidos seria conseqüência do tipo de sistema eleitoral brasileiro, cuja principal característica é o sistema eleitoral proporcional com lista aberta. Neste tipo de sistema, embora o número de vagas a serem atribuída a cada partido dependa da votação geral de seus candidatos, a eleição ou não de um determinado candidato depende da sua votação individual no interior da lista partidária. Assim, a capacidade dos eleitores em determinar os candidatos eleitos em cada partido teria mais peso do que a vontade das organizações partidárias. Esta perspectiva é corroborada pela literatura sobre o assunto que tende a destacar os incentivos para a consolidação de uma reputação pessoal proporcionados por sistemas eleitorais proporcionais, com lista aberta e com distritos de grande magnitude. A magnitude dos distritos teria importância na medida em que quanto maior o número de eleitos, maior o número de candidatos e, portanto, maior a

importância eleitoral de uma estratégia que individualize um determinado candidato frente aos demais (Carey e Shugart, 1995).¹

O individualismo dos políticos já poderia ser comprovado pelo fraco papel desempenhado pelos partidos nas campanhas eleitorais. Nestas últimas, ao se encarregarem do material de propaganda, arrecadação de fundos e outras atividades, os candidatos se tenderiam a explorar mais suas qualidades pessoais em detrimento da filiação partidária. A condução individual das campanhas tornaria comum a competição eleitoral aguçada entre candidatos de um mesmo partido, uma vez que eleitores de um mesmo partido poderiam ser conquistados mais facilmente.

Este quadro de fraqueza partidária e, principalmente, do individualismo na condução das campanhas abriu a porta para a introdução na análise do sistema eleitoral brasileiro de toda uma literatura voltada para os Estados Unidos. Embora esta literatura esteja voltada para um sistema eleitoral diferente, o papel preponderante que os políticos pessoalmente desempenham nas eleições seria similar.² Assim, temas vinculados à “conexão eleitoral” (Mayhew, 1974), tais como as estratégias para desenvolver um voto pessoal, a existência de vantagens para os políticos que tentam se reeleger frente aos outros candidatos, ou as condições em que é possível reclamar crédito por benefícios aos eleitores, passam a ser comuns no debate brasileiro. Dentre estes temas, um é particularmente importante para este trabalho, qual seja: a tentativa por parte dos candidatos de desenvolver laços pessoais com seus eleitores, um tipo de voto pessoal, ao invés de partidário.³

Frente à competição excessiva, os políticos brasileiros recorreriam à estratégia eleitoral que privilegia a construção de uma reputação pessoal. Esta estratégia reduziria a importância da reputação partidária, pois esta última implicaria em dar mais importância aos temas mais amplos da agenda política e a força coletiva do partido, em termos de coerência ideológica e

¹ No Brasil, a magnitude dos distritos varia de 8 a 70 vagas por estado. Segundo informações coletadas pelo LEEX, o número médio de candidatos por vaga para a Câmara Federal tem crescido ao longo das três últimas eleições, subindo de 5,9 nas eleições de 1994, para 6,7 em 1998 e, finalmente, para 8,4 nas eleições de 2002. (ver site do LEEX em www.ucam.edu.br/leex/Brasil).

² Como afirmado por Mainwaring (1999): “In the catch all parties that still dominate electoral competition, politicians respond first and foremost to local and state interests, somewhat as they do in the United States (Mayhew, 1974).”

³ De acordo com Cain, Ferejohn e Fiorina (1987: 9): “The personal vote refers to that portion of a candidate’s electoral support which originates in his or her personal qualities, qualification, activities, and record. The part of the vote that is not personal includes support for the candidate based on his or hers partisan affiliation, fixed vote characteristics such as class, religion, and ethnicity, reactions to national conditions such as the state of the economy, and performance evaluations centered on the head of the governing party.”

capacidade administrativa. Mais especificamente, o voto no candidato é priorizado, pois aumenta suas chances de eleição e a de seus companheiros de partido, em detrimento do voto na legenda, que aumenta apenas as chances coletivas. Na prática das campanhas, isto significa que o candidato procuraria adotar estratégias específicas que o diferenciasse dos demais candidatos, inclusive do próprio partido.

A fragilidade dos partidos na arena eleitoral e a permissividade das regras eleitorais aumentam substancialmente o grau de competição que os parlamentares têm de enfrentar quanto tentam a reeleição. Outra consequência é a baixa previsibilidade dos resultados eleitorais, pois a eleição de um determinado candidato vai depender tanto do desempenho agregado de seu partido como do seu desempenho pessoal na lista de candidatos. Ao analisar os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados em 1998, Nicolau (2002) verifica que dentre os 384 deputados que tentaram a reeleição apenas 269 lograram seu intento. Ao analisar o contingente dos 115 deputados que tentaram a reeleição sem sucesso o autor verifica que a maioria (80) deveu a derrota à perda de posição no interior da lista na lista partidária. Em outras palavras, a maioria dos que perdeu mandato foi derrotada por membros do mesmo partido.

A competição desregulada e o individualismo das campanhas são as causas identificadas por Samuels (2001) para o aumento dos gastos das campanhas. Em outras palavras, a fraqueza dos partidos eleva os gastos de campanha porque os candidatos têm poucos canais de comunicação com seus eleitores. As chances de reeleição seriam maiores para aqueles candidatos que fossem capazes de arrecadar fundos de forma individual e orientar, de forma autônoma em relação à direção partidária, seus gastos para promover sua reputação pessoal.

Entretanto, existem outras estratégias possíveis. Como argumentado por Ames (1995a), os candidatos tendem a concentrar seus votos em municípios espacialmente adjacentes, a fim de reduzirem os custos da campanha. Esta restrição geográfica das campanhas seria uma forma de reduzir a incerteza advinda da magnitude do distrito. Ao contrário dos sistemas distritais simples – onde os candidatos perseguem a maioria dos eleitores – em sistemas proporcionais, a reeleição é possível com fatias pequenas, mas fiéis, do eleitorado. De acordo com Ames, a principal estratégia que um deputado poderia ter para garantir sua reeleição seria constituir “distritos informais”, redutos eleitorais, e agir de acordo com seus congêneres americanos. É

no trabalho de trazer benefícios para estas localidades que um deputado assegura um conjunto fiel de eleitores e afugenta potenciais competidores.⁴

Esta perspectiva é corroborada por Pereira e Rennó (2001 e 2003) ao analisarem os determinantes da reeleição para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998 para deputados eleitos em 1994. Segundo esses autores, os aspectos políticos locais têm se mostrado mais importantes para determinar as chances de reeleição mesmo quando incluídos em um modelo que leva em consideração os aspectos nacionais tais como a atuação parlamentar do candidato ou seu envolvimento em assuntos de escopo mais amplo que seus redutos eleitorais. Em outras palavras, o processo de accountability do sistema político brasileiro seria primordialmente local. Esta preponderância dos aspectos locais teria explicação no sistema eleitoral que “cria incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais do que com a *performance* nacional dos seus representantes, o que faz com que a participação dos parlamentares no âmbito nacional, principalmente na Câmara dos Deputados, seja orientada pela busca de benefícios que possam ser utilizados no plano local, como forma de alcançar maiores retornos eleitorais.”(Pereira e Rennó, 2001: 324)

Finalmente, a perspectiva do voto pessoal foi contestada recentemente por Figueiredo e Limongi (2002) que criticam a dedução das estratégias eleitorais brasileiras a partir do sistema eleitoral americano. Esses autores reafirmam a importância do voto partidário em um sistema de lista aberta e apresentam pelo menos três evidências empíricas que seriam contrárias à tese da preponderância do voto pessoal. A primeira é a falta de memória entre os eleitores brasileiros, que tenderia a enfraquecer os laços pessoais e de fidelidade perseguidos pelos parlamentares.⁵ A segunda evidência é a ausência de vantagem eleitoral clara dos deputados em relação aos outros candidatos, observada pelas taxas comparativamente baixas de reeleição no Brasil – historicamente situadas em torno de 50% do total de deputados – principalmente em relação ao sistema americano que tende a apresentar taxas superiores a 90%.⁶ A última

⁴ “Since pork matters more than national policy, neither local bosses nor individual voters want to replace a deputy who has delivered. Local vs. local contests, therefore, are so difficult they rarely occur.” (Ames, 1995b: 416)

⁵ Segundo pesquisa publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, passados três meses das eleições de 2002, apenas 47% dos eleitores mencionaram o nome correto dos candidatos nos quais votaram para deputado federal. Para efeito comparativo, esse índice chega a 70% entre os portugueses, 80% dos irlandeses, 90% dos alemães e 99% dos húngaros. Se a pergunta se refere às eleições de 1998, a proporção dos que esqueceram o nome do candidato no qual votou chega a 71%. (OESP, 13/04/2003)

⁶ Segundo Pereira e Muller (2003), as eleições de 1998 foram as primeiras em que o número de deputados reeleitos foi superior ao dos novos deputados na Câmara Federal. Estas baixas taxas de reeleição no Brasil levam David Samuels (2000 e 2003) a argumentar que o fenômeno a ser explicado não é a reeleição dos

evidência é a contradição entre a importância eleitoral dos benefícios locais e sua reduzida importância nos gastos públicos, traduzida principalmente pela pequena parcela do orçamento federal destinada às emendas parlamentares.

A despeito desse último questionamento, as emendas orçamentárias sempre foram apresentadas como o mecanismo clássico pelo qual os deputados buscariam orientar benefícios específicos para seus redutos eleitorais. A próxima seção analisa com mais detalhe os trabalhos empíricos dedicados a avaliar o efeito eleitoral das emendas orçamentárias.

II. As Emendas Orçamentárias e sua Importância Eleitoral: o que diz a literatura

O papel das emendas orçamentárias tem tido destaque na literatura sobre os determinantes da reeleição dos deputados devido ao caráter particularista dessas emendas, normalmente destinadas a grupos específicos ou regionalmente concentrados. As emendas orçamentárias, portanto, seriam mecanismos privilegiados para a construção, promoção e consolidação da reputação pessoal dos parlamentares. Em outras palavras, quanto maior a importância da reputação pessoal, maior deve ser a disputa pelas dotações orçamentárias através das emendas parlamentares. Esta seção é dedicada a analisar os principais autores deste debate.

Barry Ames (1995a, 1995b e 2000) tem afirmado que a capacidade de um parlamentar em aprovar emendas orçamentárias dirigidas a localidades específicas tem um grande impacto positivo sobre os votos desse candidato. O autor argumenta que as propostas de emendas ao orçamento realizadas por um parlamentar, prevendo investimentos públicos em um município ou região, representariam melhor as atividades eleitorais realizadas por aquele parlamentar do que as emendas aprovadas. Ames define “dominância municipal” como a parcela de votos recebida por um candidato em relação ao total de votos atribuído a todos os candidatos num determinado município. A dominância é importante para determinar a estratégia eleitoral de um deputado porque quanto maior for a dominância municipal, mais o candidato pode reclamar o crédito pelos benefícios conquistados em Brasília e maiores os obstáculos para os eventuais desafiantes obterem retorno eleitoral por suas atividades naquele município.

deputados, ou a existência de vantagens eleitorais para os parlamentares que tentam renovar seus mandatos; mas, a renovação da Câmara. Esse autor acredita que a explicação pode estar no fato de que os melhores candidatos potenciais tenderiam a buscar outros cargos, principalmente no executivo.

Ao analisar os resultados das eleições de 1990, incluindo entre as variáveis independentes os resultados de 1986, o autor verifica que a dominância municipal tem efeito positivo sobre o número de propostas de emendas orçamentárias. Além disso, a dominância municipal funcionaria como um bolsão de maior certeza e fidelidade eleitoral em um ambiente composto por partidos fracos e volatilidade eleitoral. O grau de dominância apresentado em um determinado município nas eleições 1986 esteve negativamente relacionado à volatilidade de seus eleitores nas eleições de 1990. Como observado por Ames, embora a dominância municipal não garanta a reeleição – determinada pelos votos obtidos no estado – a proposição das emendas direcionadas a um determinado município como estratégia política visaria reforçar a dominância que, por sua vez, reduziria a volatilidade eleitoral naquele município.

Pereira e Rennó (2001 e 2003) também destacam a importância eleitoral das emendas.⁷ Ao analisar os resultados das eleições de 1998, eles concluem que as emendas orçamentárias são um dos mais importantes determinantes nas chances de reeleição de um deputado eleito em 1994. Diferentemente de Ames, entretanto, esses autores consideram que contabilizar as emendas propostas, embora possa jogar luz sobre como os parlamentares agem em busca da reeleição, não leva em consideração o conteúdo dessas emendas e, principalmente, se elas foram executadas ou não.

Assim, são criadas duas variáveis distintas: a primeira, “credit claiming”, procura estimar a capacidade de um deputado de aprovar emendas ao orçamento, e é mensurada pelo número de emendas aprovadas, mas não necessariamente executadas. A segunda variável, “pork”, procura estimar a capacidade de um deputado de fazer executar as emendas aprovadas na base eleitoral, e é medida pela fração de todas as emendas propostas para uma determinada localidade, que foram executadas.⁸ Os resultados apresentados indicam que a probabilidade de reeleição estaria positiva e significativamente relacionada no caso de “pork”, mas no caso de “credit claiming”.⁹

David Samuels, embora concorde com os incentivos ao individualismo das campanhas eleitorais no Brasil, argumenta que as emendas orçamentárias teriam um limitado efeito direto

⁷ Ver também Pereira e Muller (2003).

⁸ Ao contrário do que se poderia esperar a correlação entre “credit claiming” e “pork”, embora positiva, é relativamente fraca (o r de Pearson é igual a 0,23).

⁹ Segundo esses autores: “É muito provável que a maioria dos deputados dependa significativamente da quantidade de recursos distribuídos a sua base eleitoral para sobreviver politicamente. Contudo, o que importa para o parlamentar ter sucesso na reeleição é conseguir que o Executivo, de fato, implemente suas emendas e projetos locais, e não apenas aprove as emendas na lei orçamentária anual, esperando com isso garantir crédito e reconhecimento dos líderes e bases locais.” (Pereira e Rennó, 2001: 355)

sobre os resultados eleitorais; aparentemente, o efeito eleitoral das emendas seria indireto, pois elas estariam relacionadas com contribuições de campanha que, por sua vez, teriam relação com os votos recebidos. Os deputados que aprovassem mais emendas teriam acesso a potenciais financiadores e usariam o dinheiro para propaganda pessoal, como forma de se distinguir do conjunto de candidatos.

Este autor argumenta que o valor médio das emendas orçamentárias é pequeno; portanto, mesmo que fossem executadas, seria de se esperar que elas tivessem impacto reduzido na vida dos eleitores.¹⁰ Além disso, o grande número de candidatos proporcionado pelo sistema eleitoral brasileiro dificultaria a atribuição do crédito ao parlamentar pelo investimento realizado na localidade. Como conseqüência, mesmo que consigam ter suas emendas aprovadas, os deputados não conseguiriam proteger seus redutos eleitorais. Em resumo, o impacto eleitoral direto das emendas orçamentárias seria reduzido, seja porque os eleitores não conseguem identificar o os benefícios advindos da emenda, seja porque não conseguem identificar o deputado responsável pelo benefício recebido.

Em suma, a despeito de uma já crescente literatura sobre o tema, ainda não existe convergência sobre a importância eleitoral das emendas orçamentárias. Em larga medida, estas divergências se devem ao fato dos autores envolvidos utilizarem diferentes variáveis para capturar o efeito das emendas (emendas propostas, aprovadas ou executadas). Outro problema que esta breve revisão tornou nítido é a ausência de uma definição específica sobre os efeitos esperados das emendas (dominância municipal, probabilidade de reeleição ou arrecadação de fundos de campanha). A próxima seção especifica contribuição deste trabalho.

III. A eficácia eleitoral das emendas: um modelo de análise alternativo.

Como visto na seção anterior, embora muito se tenha discutido sobre o efeito eleitoral das emendas orçamentárias, este efeito ainda não foi claramente especificado. Em geral, o objetivo final desses trabalhos é vincular os incentivos ao voto pessoal proporcionados pelo sistema eleitoral à atuação do parlamentar, principalmente sua relação com o Executivo através das emendas orçamentárias. Provavelmente, isto torna menos importante a análise do efeito real de uma emenda, ou outro tipo de obra, sobre os votos recebidos pelo deputado proponente no município em que a emenda foi executada. Dentre os autores discutidos, o que

¹⁰ Segundo Samuels (2002: 847), o valor médio das emendas aprovadas ao orçamento em 1993 foi de aproximadamente 256 mil dólares.

mais se aproxima desse objetivo é Barry Ames; entretanto, cabe salientar problemas na sua definição das variáveis. Sua definição de emendas como submetidas, tal como salientado por Pereira e Rennó, é excessivamente ampla, pois inclui emendas não executadas e nem mesmo aprovadas. Esta indeterminação da variável independente confunde a apuração dos seus efeitos. Entretanto, diferentemente de Pereira e Rennó, o efeito das emendas sobre a probabilidade de reeleição precisa ser melhor especificado, pois objetivo da emenda é aumentar – absoluta e relativamente – os votos do parlamentar nos municípios visados, o que não necessariamente pode levar à reeleição.

Este trabalho pretende contribuir para a discussão dos determinantes da eleição de deputados federais no Brasil a partir de uma nova metodologia e base de dados em relação ao usualmente utilizado neste tipo de análise. Com relação à literatura revista, ele propõe uma inversão da seqüência dedutiva empregada até aqui: primeiro, é necessário verificar se as emendas, ou outro tipo de realização no município, trazem retorno eleitoral, depois a proporção de candidatos cuja reeleição depende dessa estratégia, finalmente, quais as conseqüências para o processo decisório. Com este intuito, ele é o primeiro teste empírico rigoroso e detalhado para saber se a execução das emendas nos municípios atrai votos. Mais que isso, ele alarga o conceito de emendas empregado na literatura ao incluir também as outras realizações que não aquelas derivadas da execução das emendas, particularmente das obras realizadas pelo setor de transportes. Isto nos levaria a um passo adiante num debate que tem sido excessivamente teórico e baseado na aceitação ou não dos incentivos ao voto pessoal estabelecidos pelo sistema eleitoral brasileiro.

A única forma de verificar se os recursos transferidos pelas emendas têm efeitos nos votos obtidos pelos deputados que as patrocinam é decompor a análise por município. Embora a reeleição seja definida pela contagem de votos obtidos no estado, os municípios devem ser as unidades de análise; afinal, os municípios são objetos das emendas orçamentárias e onde se espera que essas emendas façam diferença em termos de votos para seus patrocinadores. Assim, os deputados tenderiam a privilegiar benefícios que possam ser geograficamente especificados. Este aspecto cresce de importância quando as desigualdades regionais levam a que os prefeitos de vários municípios dependam dessas emendas para efetivar algum tipo de investimento público. A análise por município além de ser a única maneira efetiva de testar o efeito da capacidade de transferir recursos de um determinado

deputado, através das emendas executadas, sobre o número de votos, permite que se estabeleçam relações entre o perfil dos votos e as características demográficas do município.

A pesquisa será restrita ao estado de São Paulo, para existirem as informações necessárias. Este estado, entretanto, apresenta características que levam a tornarem este estudo particularmente interessante. Por ser o estado mais rico economicamente da federação, as atividades do governo estadual também podem exercer influência nos resultados eleitorais. Por outro lado, São Paulo é o distrito de maior magnitude – com setenta vagas para deputado federal – e dos mais competitivos eleitoralmente.¹¹ Estes dois fatores levam a hipótese de que as demandas dos deputados federais por realizações que possam credenciá-los frente a seus eleitores também devem atingir o governo estadual.

IV. Especificação do modelo e definição de variáveis

Para avaliar a estratégia eleitoral dos candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo, seguimos inicialmente a literatura apresentada anteriormente procurando estabelecer a correlação entre *i.* a votação e as realizações do candidato e *ii.* a votação e a biografia do candidato; entretanto, este trabalho apresenta duas inovações importantes. A primeira inovação é a ampliação do conceito de “emendas” para a inclusão de obras não vinculadas à execução de emendas ao orçamento federal. Embora exista o controle sobre a realização de emendas, este trabalho focará nas obras realizadas pela DERSA para a área de transporte. A grande vantagem é ampliar o escopo da nossa análise para além dos candidatos que já são parlamentares e buscam a reeleição. A outra inovação é que nossa amostra envolverá apenas os 146 candidatos a deputado federal que se candidataram tanto nas eleições de 1998 e quanto nas eleições de 2002. Como o objetivo desse trabalho é avaliar o impacto eleitoral das obras realizadas nos municípios, separadamente do impacto das outras realizações derivadas das emendas parlamentares, a restrição da análise àqueles que se candidataram nas duas eleições permite o controle natural de uma série de fatores característicos de cada candidato.

Nossa unidade de análise é a votação recebida por cada um desses 146 candidatos em cada um dos 645 municípios paulistas, perfazendo um total de 94 170 observações. Como discutido anteriormente, a idéia básica é que a variação da votação de um

¹¹ De acordo com os dados apresentados no site do LEEEX, nas eleições de 2002, o estado de São Paulo apresentou o quinto maior índice de competitividade eleitoral dentre os estados brasileiros, com 10,3 candidatos por vaga (ver <http://www.ucam.edu.br/leex/>).

candidato em um determinado município depende das realizações que o candidato pode reclamar crédito como suas (“credit claim”), o total investido na campanha; das características e desempenho eleitoral do partido do candidato; e do perfil eleitoral do candidato.

Mais especificamente, nossa variável dependente será a variação na votação dos candidatos em cada um dos municípios entre as eleições de 1998 e 2002.

$$\Delta \text{votos}_{2002/1998} = \text{biografia} + \text{perfil} + \text{política} + \text{eleito} + \Delta \text{votospartido}_{2002/1998} + \Delta \text{gastos}_{2002/1998} + \text{emendas}_{1999-2002} + \text{obras}_{1999-2002} \quad (1)$$

Tal como discutido anteriormente, o modelo procurará explicar o impacto da realização de obras na variação de votos do candidato “i” a partir da sua biografia, perfil e inserção político-partidária. Essas variáveis são necessárias para que se possa inferir o candidato que poderia se habilitar a reclamar o crédito da obra realizada. Em outras palavras, mesmo que a obra tenha sido solicitada por um outro candidato, o impacto eleitoral somente ocorrerá se alguém for capaz de reclamar de forma crível perante o eleitorado local, o crédito pela sua realização. Esta verificação poderá ser feita através da interação entre as primeiras variáveis, definidas abaixo, e a realização de obras.

Dessa forma, “biografia” representa uma variável “dummy” (**residente**)¹² para saber se o candidato é residente no município em que a obra foi realizada; é de se esperar que candidatos residentes no município, além de poderem acumular influência entre eleições, possam ter mais facilidade para reclamar crivelmente o crédito pela obra. “Perfil” é uma variável que determina a quantidade de votos que cada candidato teve em cada um dos municípios (**Voto98**); da mesma forma, candidatos com maiores votações em 1998 devem ser mais conhecidos e, portanto, terem mais capacidade de reclamar o crédito. “Política” é representada uma variável “dummy” que identifica o perfil partidário do candidato. É de se supor que candidatos que concorreram pelo mesmo partido do governador do estado (**Gov02**) ou pertencente à coligação eleitoral do governo em 2002 (**Colig02**) tenham maiores condições para reclamar o crédito pela realização. Adicionalmente, é preciso levar em consideração a diferença de desempenhos no primeiro turno entre Mário Covas (23%) em 1998 e Geraldo Alckmin (38.3%) em 2002. Finalmente, “eleito”, novamente é uma variável “dummy” que

¹² Os nomes em negrito são os que aparecem nas tabelas. Eles foram incluídos para ajudar a localizar a definição da variável.

representa se o candidato foi eleito em 1998 (**eleito98**), pois deputados eleitos teriam mais facilidade para reclamar o crédito que candidatos sem mandato parlamentar.

Além dessas quatro variáveis, o modelo também inclui duas outras variáveis utilizadas como controle. A primeira variável de controle é “ Δ votospartido” que mede a diferença no desempenho do partido no estado entre as eleições de 2002 e 1998 (**Dif_VPart**), na suposição de que o desempenho eleitoral de um determinado candidato em um determinado município depende de variação no desempenho de seu partido como um todo. A segunda a variável de controle “ Δ gastos”, que mede a diferença entre as eleições de 2002 e 1998 nos gastos agregados de campanha declarada pelos candidatos ao Tribunal Regional Eleitoral (**Dif_Gasto**). Tal como discutido anteriormente, se os gastos de campanha influenciam o desempenho eleitoral dos candidatos de forma agregada, é de se supor que essa influência será exercida em cada município.¹³ A terceira e última variável de controle, “emendas”, especifica o total de investimentos realizados em cada município derivado de emendas ao orçamento federal (**Emendas**). Em princípio o valor das emendas poderia representar um diferencial para os candidatos eleitos em 1998 com relação àqueles candidatos que não se elegeram, pois os deputados com um volume maior de emendas aprovadas na legislatura anterior à eleição fossem mais competitivos do que os demais. Finalmente, “obras” é uma variável “dummy” com valor um se foram realizadas obras pela DERSA naquele município durante o período 1999-20002 (**Obras**).

V Resultados Preliminares: Apresentação e Discussão

Em todos os modelos da Tabela 1 abaixo, a variável dependente é o diferencial bruto de votos de cada um dos 146 candidatos em cada um dos 646 municípios paulistas. A primeira coluna da tabela apresenta os resultados para um modelo simples, contendo apenas os coeficientes dos efeitos independentes das variáveis, as colunas seguintes apresentam os modelos contendo interações entre a variável relativa à realização de obras pela DERSA e as variáveis políticas. O último modelo inclui todas as interações simultaneamente.

Como se pode perceber pelos resultados da primeira coluna, o fato de um candidato ser residente em um determinado município em média tende a aumentar a votação desse

¹³ A prestação de contas de cada candidato refere-se apenas ao gasto agregado para o estado, não permitindo especificar o impacto eleitoral desses gastos nos municípios.

candidato em pouco mais de 4 mil votos em seu município de residência. O efeito positivo dessa variável permanece através de todos os modelos da tabela, revelando estabilidade em seu sinal.

O diferencial de votos do partido do partido como um todo entre as eleições de 1998 e 2002 também tem um efeito positivo e relativamente estável, embora a magnitude do coeficiente dessa variável seja muito pequeno.

TABELA 1: DIFERENCIAL DE VOTOS POR CANDIDATO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	Dif_v	Dif_v	Dif_v	Dif_v	Dif_v	Dif_v	Dif_v
Residente	4,247*** (100.527)	2,332*** (244.530)	4,247*** (100.528)	4,251*** (100.533)	4,247*** (100.526)	4,247*** (100.525)	1,328*** (289.454)
Dif_VPart	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)
Voto98	-0.064*** (0.003)	-0.065*** (0.003)	-0.062*** (0.007)	-0.064*** (0.003)	-0.064*** (0.003)	-0.064*** (0.003)	-0.013 (0.009)
Eleito98	12.288* (7.333)	12.139* (7.330)	12.272* (7.333)	-7.266 (10.085)	12.302* (7.333)	12.305* (7.333)	-7.839 (10.229)
Gov02	-27.857 (18.052)	-28.320 (18.045)	-27.860 (18.052)	-27.856 (18.051)	-47.258** (20.766)	-27.857 (18.051)	-33.625 (25.417)
Colig02	61.880*** (15.589)	61.954*** (15.583)	61.894*** (15.590)	61.886*** (15.589)	61.882*** (15.589)	41.711** (17.942)	50.409** (22.147)
Dif_Gasto	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)
Emendas	0.003*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.003*** (0.000)	0.003*** (0.000)
Obras	15.118** (6.400)	13.707** (6.400)	15.205** (6.407)	2.083 (7.890)	10.733 (6.808)	8.680 (7.000)	-2.535 (8.106)
Obras*Resid		2,177*** (253.400)					3,324*** (308.767)
Obras*V98			-0.002 (0.007)				-0.058*** (0.009)
Obras*Elei				38.087*** (13.486)			37.910*** (13.889)
Obras*Gov					37.692* (19.944)		9.676 (34.784)
Obras*Col						39.187** (17.260)	23.305 (30.578)
Constant	-18.664** (5.330)	-17.905** (5.329)	-18.714** (5.333)	-11.955** (5.835)	-16.406** (5.462)	-15.350** (5.526)	-9.677 (5.911)
Observations	94170	94170	94170	94170	94170	94170	94170
R-squared	0.03	0.03	0.03	0.03	0.03	0.03	0.03

Standard errors in parentheses

* significant at 10%; ** significant at 5%; *** significant at 1%

A primeira surpresa ocorre na análise dos resultados para a influência da votação do candidato em um determinado município nas eleições de 1998; nesse caso, quanto maior a votação dele na eleição anterior, menor a votação esperada nas eleições em 2002. A magnitude e significância desse coeficiente somente são alteradas no último modelo, quando são introduzidas todas as interações. Provavelmente, o sinal negativo dessa variável pode ser explicado por um processo de convergência nos resultados eleitorais do município; assim, candidatos com votação alta em 1998 tenderiam a ter uma votação menor na eleição seguinte e vice-versa.

A vantagem em ser deputado eleito no pleito de 2002 é pequena segundo os resultados apresentados; embora positivo, o coeficiente tem uma magnitude pequena e, quando são introduzidas as interações com a realização de obras, não pode ser mais considerado diferente de zero com alguma certeza.

Uma outra surpresa é o sinal negativo do coeficiente para o fato do candidato ser da lista do partido do governador. Embora o coeficiente não possa ser considerado diferente de zero, este sinal somente é invertido no modelo que inclui a interação entre a realização de obras da DERSA no município. Já o coeficiente para os candidatos que participaram da coligação eleitoral do governo apresenta um sinal positivo e significativo estatisticamente para todos os modelos. Em conjunto estas duas variáveis implicariam que os candidatos que foram representantes do partido do governador nas eleições de 2002 não tiveram vantagem eleitoral sobre os candidatos dos outros partidos pertencentes à coligação eleitoral do governo.

O efeito do gasto de campanha é positivo; em outras palavras, quanto mais os candidatos gastaram em relação à eleição de 1998, mais votos tiveram; embora o coeficiente seja muito pequeno, é importante ressaltar que o sinal permanece estável e significativo estatisticamente ao longo de todos os modelos testados. Este resultado confirma análises anteriores acerca do impacto positivo do gasto de campanha, apesar de que a magnitude do impacto é menor que a esperada.

O efeito da realização de emendas, capacidade restrita aqueles eleitos em 1998, também é positivo e significativamente diferente de zero em todos os modelos testados. Entretanto, a magnitude da variável também é muito pequena; mais especificamente, para cada mil reais aplicados através de emendas em determinado município, o rendimento eleitoral esperado é de cerca de três votos adicionais. Tal como discutido nas seções anteriores, a maneira pela qual os deputados escolhem o local de realização de suas emendas não é aleatória entre os 645

municípios paulistas. Isto implica que trabalho adicional de pesquisa sobre o impacto dessa variável pode revelar que seu impacto local tem uma magnitude consideravelmente maior. Este passo certamente será considerado no desenvolvimento futuro deste trabalho.

O efeito médio das obras realizadas pela DERSA sobre o diferencial de votos dos candidatos nos municípios é positivo e significativo no primeiro modelo da tabela 1. Mais especificamente, a realização de uma obra em um determinado município tende a gerar um retorno eleitoral médio de cerca de quinze votos para os candidatos naquele município. Entretanto, é necessário retornar a discussão dos parágrafos anteriores para se entender o que se passa. A realização de uma obra somente terá impacto eleitoral se algum político, ou grupo de políticos, o partido como um todo puder reclamar com credibilidade a “paternidade” da sua realização (“credit claim”). Dessa forma, quanto mais um político, ou grupo de políticos for capaz de reclamar o crédito de uma obra, mais o retorno eleitoral dessa obra tenderá a privilegiar esse político ou esse grupo em detrimento de outros, ou seja, a obra irá causar um diferencial eleitoral. É por isso que a leitura adequada do efeito dessa variável, assim com a variável anterior, relativa às emendas realizadas em um determinado município, somente pode ser realizada quando são utilizadas as interações com as outras variáveis que poderiam indicar a “paternidade” política da obra. Essas interações realizadas a partir da coluna 2 são discutidas abaixo. As interações foram introduzidas uma a uma e depois contrastadas com um modelo completo, onde todas as interações são introduzidas simultaneamente, que é exposto na última coluna (7) da tabela.

De acordo com a segunda coluna da tabela, a primeira interação, entre a realização de obras pela DERSA e a residência do candidato, resultou em um acréscimo eleitoral médio de mais de dois mil votos. Em outras palavras, o simples fato de um candidato residir no município em que a obra é realizada dá credibilidade a esse candidato para reclamar o crédito, ou parte dele, pela realização da obra. Esta interação com a realização de obras ajuda a qualificar o efeito independente da residência analisado na primeira coluna; pois, se antes a magnitude do coeficiente era de cerca de quatro mil votos, agora o valor da residência sem a realização de obras foi reduzido para pouco mais de 2000 votos. Este resultado é acentuado no modelo completo da última coluna. Neste modelo, o coeficiente da variável para a residência do candidato ultrapassa os 3 mil votos, o que reforça a intuição de que o fato de residir no município dá ao candidato maior credibilidade para reclamar a paternidade, ou parte dela, sobre as obras realizadas nele.

O efeito da interação seguinte, exposta na coluna 3, entre a realização de obras e a votação anterior do candidato no mesmo município, não pode ser considerada diferente de zero, exceto no modelo completo da coluna 7, onde apresenta um sinal negativo. Este é um resultado surpreendente, pois se esperava que candidatos que obtiveram uma votação maior no município em que a obra da DERSA foi realizada tivessem maiores condições de reclamar para si os créditos pela realização da obra. Como se verá mais abaixo, este resultado talvez seja determinado pela distribuição das observações.

Seguindo adiante, na quarta coluna o coeficiente da interação entre a realização de obras e o fato do candidato ser um deputado eleito revela-se positiva e significativamente diferente de zero, e permanece estável no modelo completo da última coluna. Mais especificamente, o fato de um candidato ser um deputado buscando a reeleição torna mais crível a reclamação da “paternidade” sobre uma obra realizada pela DERSA. Uma possível explicação para este efeito é que a capacidade do deputado em trazer benefícios para o município através de emendas ao orçamento federal reforçaria a sua credibilidade em reclamar a paternidade por outros tipos de realizações.

O coeficiente para a interação entre a realização de obras e o fato de o candidato pertencer ao partido do governo nas eleições de 2002 tem um efeito positivo esperado. Conforme demonstrado pela análise da coluna 5 da tabela. Em termos estatísticos, o coeficiente é marginalmente diferente de zero, e que deixa de ocorrer no modelo completo da última coluna. Ou seja, a proximidade com o governo do estado não implicaria em maior credibilidade no reconhecimento do crédito pelas obras realizadas pela DERSA.

Situação similar é encontrada quando se analisa o coeficiente para a interação entre a realização de obras e o fato do candidato pertencer à coligação eleitoral do governo. Embora no modelo da coluna 6 o coeficiente seja positivo e significativo estatisticamente, no modelo completo da coluna 7 ele perde significância estatística, embora permaneça positivo.

Note-se que o coeficiente para a variável que indica o pertencimento a coligação eleitoral do governo permanece positivo e significativo estatisticamente ao longo de todos os modelos testados. Este último aspecto pode indicar que existe vantagem eleitoral em estar próximo ao governo, mas que pertencer ao partido do governador não implicaria em vantagem maior. De qualquer forma, os benefícios eleitorais de estar próximo ao governo não se materializariam em maior capacidade em reclamar crédito pelas obras realizadas pela DERSA.

De um modo geral, análise dos diferentes modelos expostos na tabela 1 levaria à conclusão preliminar que as obras realizadas em um município teriam sua “paternidade” mais facilmente reclamada pelos candidatos que residem no município onde a obra foi realizada ou os deputados eleitos. Entretanto, é importante notar que os dados brutos analisados até agora apresentam variações muito extremadas, o que pode enviesar os resultados. A tabela 2 abaixo expõe a estatística descritiva das variáveis utilizadas nesse trabalho. Logo em sua primeira linha podemos verificar que a variável dependente adotada, que mede a diferença de votos para cada candidato em cada um dos municípios, apresenta uma média de 28 votos, mas um desvio padrão de 997. Além disso, a variável apresenta um mínimo e um máximo de -68733 e 170739 respectivamente.

TABELA 2. ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEL	OBS	MÉDIA	DESvio PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
Dif_Votos	94170	28.39531	997.4877	-68733	170739
Dif_VPartido	94170	279406.5	814543.9	-1525848	1939314
Dif_Gastos	94170	66673.58	157686.8	-337460	727655
Votos_98	94170	67.98846	1413.174	0	154475
Emendas	94170	2368.797	33570.51	0	2206000
Residente	94170	.0015504	.0393446	0	1
Eleito_98	94170	.3424658	.474537	0	1
PGov02	94170	.1164384	.3207516	0	1
PCoal02	94170	.1643836	.3706252	0	1
Obras	94170	.5147287	.4997857	0	1

Embora a análise realizada anteriormente tenha sido importante como primeira aproximação dos dados, a confiança nos resultados seria consideravelmente aumentada se a influência desses valores extremos fosse minimizada. Com este objetivo, recorreu-se a um procedimento padrão em análises deste tipo, que é usar o logaritmo das variáveis como recurso para tornar sua distribuição menos aguda.¹⁴ Este procedimento implica que os resultados agora devem ser lidos como variação percentual. A tabela 3 abaixo expõe os resultados. Para

¹⁴ Para manter o mesmo número de observações, que seria reduzido pela impossibilidade de calcular o logaritmo de observações que tenham valor zero, foi utilizado outro procedimento padrão na análise econométrica, qual seja, adicionar o valor “um” a estas variáveis e depois calcular o logaritmo. Esse procedimento foi adotado para as cinco primeiras variáveis da tabela 2, as variáveis contínuas, visto que não faz sentido adicionar “um” às variáveis “dummy”.

facilitar a comparação, os modelos utilizados incluem as mesmas variáveis da tabela 1 e são apresentados na mesma ordem.

TABELA 3: DIFERENCIAL DO LOGARITMO DE VOTOS POR CANDIDATO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	Diflnvote	Diflnvote	Diflnvote	Diflnvote	Diflnvote	Diflnvote	Diflnvote
Residente	1.267*** (0.090)	1.722*** (0.260)	1.267*** (0.090)	1.276*** (0.090)	1.267*** (0.090)	1.268*** (0.090)	1.726*** (0.259)
Dif_LnVPart	-0.006 (0.005)	-0.006 (0.005)	-0.006 (0.005)	-0.006 (0.005)	-0.006 (0.005)	-0.006 (0.005)	-0.006 (0.005)
LnVoto98	-0.255*** (0.002)	-0.255*** (0.002)	0.000 (0.000)	-0.256*** (0.002)	-0.255*** (0.002)	-0.255*** (0.002)	0.000 (0.000)
Eleito98	0.637*** (0.008)	0.637*** (0.008)	0.637*** (0.008)	0.570*** (0.011)	0.637*** (0.008)	0.637*** (0.008)	0.574*** (0.011)
Gov02	0.185*** (0.019)	0.185*** (0.019)	0.185*** (0.019)	0.186*** (0.019)	0.146*** (0.022)	0.185*** (0.019)	0.180*** (0.027)
Col02	0.303*** (0.017)	0.303*** (0.017)	0.303*** (0.017)	0.303*** (0.017)	0.303*** (0.017)	0.259*** (0.020)	0.282*** (0.024)
Dif_LnGasto	0.005*** (0.001)	0.005*** (0.001)	0.005*** (0.001)	0.005*** (0.001)	0.005*** (0.001)	0.005*** (0.001)	0.005*** (0.001)
Emendas	0.085*** (0.003)	0.085*** (0.003)	0.085*** (0.003)	0.085*** (0.003)	0.085*** (0.003)	0.085*** (0.003)	0.085*** (0.003)
Obras	0.102*** (0.007)	0.102*** (0.007)	-0.153*** (0.007)	0.057*** (0.009)	0.093*** (0.007)	0.088*** (0.008)	-0.204*** (0.009)
Obras*Resid		-0.515* (0.275)					-0.510* (0.275)
Obras*Voto98			0.255*** (0.002)				0.256*** (0.002)
Obras*Eleito98				0.132*** (0.015)			0.124*** (0.015)
Obras*Gov02					0.077*** (0.022)		0.011 (0.038)
Obras*Col02						0.086*** (0.019)	0.042 (0.033)
Constant	0.122*** (0.006)	0.122*** (0.006)	0.122*** (0.006)	0.146*** (0.007)	0.127*** (0.006)	0.130*** (0.006)	0.149*** (0.007)
Observations	94170	94170	94170	94170	94170	94170	94170
R-squared	0.14	0.14	0.14	0.14	0.14	0.14	0.14

Standard errors in parentheses

* significant at 10%; ** significant at 5%; *** significant at 1%

Tal como na tabela anterior, os candidatos tendem a aumentar substancialmente seu desempenho entre as duas eleições no município em que residem. O coeficiente tem uma magnitude relevante e é sempre estatisticamente significante em todos os modelos da tabela. O fato de o candidato ser residente no município em média aumenta substancialmente sua votação naquele município. Diferentemente do modelo anterior, a diferença de desempenho do partido como um todo passa a ter um sinal negativo, embora o coeficiente não seja

estatisticamente diferente de zero em nenhum modelo. A variável para os votos recebidos nas eleições de 1998 mantém seu sinal negativo e significativo, exceto quando o modelo também inclui sua interação com a realização de obras. O sinal negativo para este coeficiente novamente indica um processo de convergência em que os candidatos que tiveram votação alta nas eleições anteriores tenderiam a ter uma votação mais baixa e vice-versa, tal como discutido na tabela anterior.

O efeito de ser candidato pelo partido do governador também é distinto com relação à tabela anterior, pois apresenta um sinal positivo e significativo em todos os modelos. Já a variável que identifica os candidatos representantes de partidos pertencentes à coligação do governo manteve seu efeito positivo e significativo estatisticamente. Em conjunto, esses dois resultados apontam para uma vantagem eleitoral para os candidatos do partido do governador sobre os candidatos dos outros partidos da coligação governista nos municípios paulistas e dos dois grupos com relação aos demais candidatos.

Os coeficientes para os gastos de campanha reproduzem o mesmo comportamento da tabela anterior, ou seja, são positivos e significantes para todos os modelos da tabela. O mesmo padrão é encontrado para os coeficientes relativos aos valores das emendas ao orçamento federal executadas no município. Finalmente, os coeficientes para a variável relativa a realização de obras da DERSA no município reproduzem o caráter errático; embora não percam significância estatística em nenhum dos modelos, em alguns desses modelos o sinal positivo é invertido. Esses últimos casos serão retomados abaixo.

Passando agora para a análise das interações. A coluna 2 apresenta a primeira interação entre a realização de obras e a residência do candidato no município apresenta resultados aparentemente contraditórios com a tabela anterior, pois o coeficiente para a interação tem sinal negativo e significância estatística marginal. No entanto, o diferentemente do modelo anterior, quando o coeficiente para a variável relativa à residência perdia magnitude com a introdução da interação, no modelo da tabela 3, o coeficiente relativo à residência tem sua magnitude ampliada mais ou menos na mesma proporção da magnitude do coeficiente para a interação. Em suma, assim como no modelo anterior, o efeito da realização de obras no município de residência do candidato somente pode ser considerado junto com a variável para a residência, outro ponto a ser destacado é o caráter marginalmente significativo do coeficiente par a interação.

A análise do modelo da coluna 3 revela que o coeficiente da interação entre a realização de obras e a votação do candidato no município nas eleições de 1998 tem agora um sinal positivo, significativo e relativamente estável, pois quase não se altera no modelo completo, com todas as interações. Ao mesmo tempo, tanto no modelo da coluna 3 quanto no modelo completo da última coluna, o coeficiente da variável votação em 1998 perde sua magnitude. Isto pode indicar que para reverter um processo natural de perda de votos (a convergência discutida anteriormente) o candidato deve ser capaz de promover obras no município. Mais especificamente, se o candidato é capaz de reclamar a “paternidade” sobre uma determinada obra, para cada 1% de votos na sua votação em 1998, ele poderá esperar 0,255% a mais nas eleições de 2002, ou seja, a “paternidade” da realização da obra tende a aumentar sua votação anterior em cerca de 25%.

A interação entre a realização de obras e a variável que identifica os deputados eleitos em 1998, tal como na tabela passada, apresenta um sinal positivo e significativo estatisticamente tanto no modelo apresentado na coluna 3 como no modelo completo apresentado na última coluna da tabela. Novamente, o fato de um candidato ser um deputado eleito parece credenciá-lo a reclamar o crédito pela realização de uma obra no município. Em termos mais concretos, a interação entre a realização de obras e os deputados eleitos em um determinado município em média aumentaria a votação de 1998 em cerca de 14%.

A coluna 5 apresenta os resultados para o modelo que inclui a interação entre a realização de obras pela DERSA e o fato do candidato pertencer ao partido do governador nas eleições de 2002. Repete-se um padrão similar ao da tabela anterior com o coeficiente sendo positivo – embora com maior significância estatística – mas perdendo significância no modelo completo da coluna 7. O mesmo padrão repete-se quando se analisa o modelo em que é incluída a interação entre a realização de obras e o fato do candidato pertencer a um partido da coligação do governo. Em outras palavras, repete-se o padrão da tabela anterior, ou seja, fazer parte do partido do governador em 2002 dá vantagem eleitoral sobre aqueles que participam apenas da coligação do governo em 2002; por sua vez, estes últimos têm vantagem sobre aqueles que não estão em nenhum dos dois grupos.

Em seu todo, o modelo completo, apresentado na coluna 7 apresentaria o seguinte quadro: os candidatos mais capazes de reclamar o crédito pela obra realizada no município são os que tiveram maior votação local e os deputados eleitos. O fato de o candidato residir no

município ainda merece mais atenção. Finalmente, a proximidade do candidato com o governo do estado parece não influenciar sua capacidade de reclamar o crédito pelas obras realizadas.

VI Conclusão

A literatura sobre os incentivos no sistema eleitoral brasileiro comumente fazer referência ao cultivo do “voto pessoal” e o efeito das emendas parlamentares ao orçamento federal no desempenho eleitoral. De uma forma geral, a capacidade de reclamar crédito pelas realizações locais seria a chave para obter uma boa votação. Este trabalho se vincula a este debate e procura dar dois avanços empíricos. O primeiro avanço foi a especificação do efeito eleitoral das realizações dos candidatos nos municípios. O segundo avanço foi ampliar a idéia subjacente às emendas parlamentares para incluir também realizações que não fossem derivadas das emendas ao orçamento federal, particularmente as obras realizadas pela DERSA no setor de transportes.

A análise envolveu 146 candidatos a deputado federal em ambas as eleições de 1998 e 2002 e a variável dependente foi a diferença na votação recebida por cada um desses candidatos nos 645 municípios paulistas. A escolha dos municípios de São Paulo para a análise também tem importância empírica, pois o estado é o maior distrito eleitoral do país elegendo setenta deputados federais. Nunca é demais lembrar que, segundo a literatura, em sistemas de voto proporcional com lista aberta, tal como o adotado no Brasil, quanto maior for o distrito, maiores serão os incentivos para a busca do “voto pessoal”.

Os resultados preliminares indicam que os candidatos mais capazes de reclamar o crédito, ou “paternidade” sobre uma obra realizada seriam aqueles com maior votação local nas eleições de 1998 e os deputados eleitos na mesma eleição.